

## As integrações económicas na Europa: alguns dados e perspectivas actuais

1. Segundo um estudo preliminar recentemente elaborado pela Comissão Económica para a Europa, das Nações Unidas, as perspectivas até 1990 dos dois grandes conjuntos europeus — «economias de mercado» e «economias planificadas» — apresentam-se nos termos do quadro n.º 1. Duas notas mais salientes ressaltam da leitura desse quadro: a troca de posições relativas dos dois conjuntos, devido ao maior dinamismo previsto para o crescimento económico dos países do Leste europeu; a duplicação da parte dos países da Europa do Sul (na qual se inclui Portugal) no produto da região europeia em que se inserem e no mesmo horizonte de previsão.

Notemos, de passagem, que, em fase de rápida expansão económica, o conjunto dos países da O. C. D. E. cresceu a uma taxa média anual de 5,5 % (PNB) entre 1959-60 e 1972-73, tendo *decrecido* 0,1 % e 2 % respectivamente em 1974 e 1975 e prevendo-se para 1976 a recuperação em novo aumento de 4 %<sup>1</sup>. Este *interregno* do crescimento (na melhor das hipóteses) é de molde a levantar interrogações de fundo sobre o futuro desenrolar do processo. Mas olhemos um pouco mais para trás, e à escala mundial, nos termos do quadro n.º 2, antes de voltar à questão.

As notas de leitura mais salientes são as seguintes: decréscimo da parte dos países capitalistas desenvolvidos a favor do grupo dos países socialistas; ligeira redução da parte dos (talvez por ironia) chamados países *em desenvolvimento* do terceiro mundo; posição ainda dominante da América do Norte, que detém proporção idêntica ao conjunto dos chamados *países socialistas* (31 %), embora em nítida regressão em termos comparativos (baixa de 42 % a 31 % no período considerado); clara supremacia do potencial económico dos capitalismo desenvolvidos, embora em declínio.

Reparemos ainda, nos dados do quadro n.º 2, que a Europa do Oeste e do Leste (incluindo aqui a totalidade da União Soviética) contava em 1969, para 45 % da produção mundial, bastante mais do que qualquer outro continente (a América contava apenas para 35 %).

As notas seguintes são reflexões sugeridas por estes dados básicos em torno da problemática económica europeia, incluindo a sub-região, onde Portugal se insere, da Europa do Sul.

---

<sup>1</sup> Cf. O. C. D. E. *Economic Outlook*, Dezembro de 1975. Taxas de *decréscimo* em 1975 dalguns países: E. U. A., 3 %; França, 2 %; Alemanha, 3,75 %; Itália, 4,5 %; Grã-Bretanha, 2,25 %.

**Crescimento a longo prazo da região da Comissão Económica para a Europa, das N. U.**

[QUADRO N.º 1]

Sub-regiões	Crescimento real (percentagem média anual)		Crescimento a longo prazo (percentagem média anual) 1976-90			Evolução da estrutura dos mercados na Europa (em percentagem do PIB na região europeia)	
	1953-60	1965-75	Crescimento potencial	Crescimento real plausível		1970	1990
<i>Economias de mercado euro- peias (a)</i> .. .. .	4,8	4,6	3,9 a 4,6	3,9 a 4,0	<i>Economias de mercado euro- peias</i> .. .. .	55	45
Norte .. .. .	3,1	3,2	2,5 a 3,5	1,5 a 2,5	Norte-Oeste .. .. .	49	33
Oeste .. .. .	5,6	4,7	4,0 a 4,5	3,0 a 4,0	Sul . . . . .	6	12
Sul .. .. .	3,8(b)	7,2	5,5 a 7,5	5,0 a 6,5	<i>Economias planificadas</i> ... ..	45	55
<i>América do Norte</i> ... .. .	2,6	3,3	2,5 a 3,0	—	U. R. S. S. ... .. .	32	39
<i>Economias planificadas da Eu- ropa</i> .. .. .	9,7(c)	6,8	5,5 a 6,5	5,5 a 6,5	Outros países de economia planificada ... .. .	13	16
						100	100

Fonte: Comissão Económica para a Europa, das N. U., *Perspectiva Económica Geral para a Região da C. E. E. até 1990* (versão preliminar).

(a) Países considerados:

*Norte:* Grã-Bretanha, Suécia, Noruega e Dinamarca.

*Sul:* Portugal, Espanha, Jugoslávia, Grécia e Turquia.

*Oeste:* República Federal da Alemanha, Áustria, Bélgica, Holanda, Finlândia, Irlanda, França, Itália e Suíça.

(b) Sem a Jugoslávia.

(c) 1951-60.

**Participação dos países capitalistas, socialistas e «em desenvolvimento» na produção mundial (a)**

[QUADRO N.º 2]

	Parte na produção mundial (percentagem)		Contribuição para o aumento da produção mundial no período (percentagem)	Índice de crescimento em 1950-69 (1960 = 100)
	1950	1969		
<i>Países capitalistas desenvolvidos</i> ... ..	68	58	54	289
América do Norte ...	42	31	25	202
Europa ocidental ...	21	19	19	248
Outros ... ..	5	8	10	—
<i>Países em desenvolvimento</i> ...	12	11	10	241
América Latina ... ..	4	4	3	237
África ... ..	2	2	2	211
Extremo Oriente ... ..	5	4	4	232
Próximo Oriente e outros	1	1	1	333
<i>Países socialistas</i> ... ..	20	31	36	405
U. R. S. S. ... ..	10	18	23	478
Países socialistas europeus ... ..	6	8	8	294
Países socialistas asiáticos .. ..	4	4	5	300
<b>Total</b> ... ..	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>271</b>

Fonte: M. Simai, «Economic growth and the development levels», in *Hungarian Scientific Council for World Economy*, Budapeste, 1972.

(a) Produto nacional bruto ou equivalente.

2. Embora *nenhum* dos três conjuntos apresentados no quadro n.º 2 constitua um todo relativamente homogêneo, do ponto de vista económico, social e político, pode afirmar-se o seguinte: a zona mais heterogênea e em vias de maior desintegração (no sentido banal do termo) é a dos chamados *países em desenvolvimento*; no campo socialista, o diferendo sino-soviético exprime-se (além do mais) numa divergência de políticas externas que impedem actualmente uma estratégia anti-imperialista comum por parte do bloco dos «países socialistas»; no campo dos capitalismo avançados é identificável uma tendência de crescente (ainda que limitada) autonomização da Europa relativamente aos E. U. A. Neste quadro, o termo intermédio, chamado terceiro mundo, é objecto de solicitações contraditórias por parte dos capitalismo mais potentes económica e militarmente. No que se refere à órbita capitalista, o «modelo brasileiro»<sup>2</sup>, no caso de economias de grande dimensão, bem como os casos de Hong-Kong, Singapura, Porto Rico ou Coreia do Sul e Formosa, são exemplos de crescimentos espectaculares de economias (ou «estados-cidades») dependentes na periferia do «centro» capitalista avançado. Na área socialista, e reconhecendo a experiência chinesa como modelo de muito difícil exportação, os casos de

<sup>2</sup> Estudado em profundidade por Celso Furtado na obra *Análise do Modelo Brasileiro*, Civilização Brasileira.

Cuba, Chile, Tanzânia e, possivelmente no futuro, das ex-colónias portuguesas fornecerão modelos ou contramodelos na senda do desenvolvimento anticapitalista e anti-imperialista. Tais «modelos» fazem-se na prática social, mais do que nos centros de investigação universitários ou governamentais. Estes, todavia, carecem ao menos de tornar inteligíveis ao maior número processos tantas vezes opacos e aparentemente *insignificantes* que decorrem à nossa volta.

3. Numa época de *estratégias globais* e planetárias de grandes potências ou conjuntos de nações, separadas por antagonismos profundos de classes, interesses, visões do mundo e sistemas de organização social, que espaço político-económico está efectivamente aberto aos países periféricos da Europa do Sul?

Notemos, desde logo, que este «conjunto» não é mais do que uma categoria residual (os que «restam», ou «estão de fora», em qualquer sentido fácil de identificar) onde se incluem realidades tão díspares como a Península Ibérica, a Jugoslávia, a Grécia, a Turquia. Têm em comum um *exterior* que lhes provoca certas influências idênticas, mas pouco ou nada no *interior* que se defronte com tais efeitos. Heterogeneidade «interna» perante certa homogeneidade externa significa inviabilidade de estratégia comum, ou seja, nulo poder contratual como conjunto de nações. Esse poder resultará, de facto, das circunstâncias de cada caso e da maior ou menor capacidade dos poderes nacionais para extrair o máximo das vantagens permitidas por tais circunstâncias.

Há, como se sabe, dois grandes processos de integração económica em curso na Europa: um, em torno dos países do Mercado Comum; outro, no âmbito do Comecon. Como é evidente, a integração económica capitalista tem métodos e objectivos próprios, em grande medida distintos dos prosseguidos pelas economias de planeamento central. Até à data, as trocas Leste-Oeste têm sido relativamente secundárias para o crescimento económico das duas regiões. No momento actual — e como reforço de tendências recentes — prevê-se maior incremento dessas trocas e da cooperação económica em geral, além de que, a partir de 1971, os países do Comecon decidiram encetar uma política mais vigorosa de integração económica entre os seus próprios membros. Do lado dos países capitalistas há interesse em conquistar mercados nos países do Leste, além do mais, para compensar défices suplementares das balanças de pagamentos resultantes do encarecimento de certos produtos primários, sobretudo do petróleo. Os padrões de consumo mais limitados nos países do Leste, comparativamente aos perfis das «sociedades da abundância» do Oeste, constituem potencial apetecível para economias ameaçadas de mais lentos crescimentos no futuro. Por outro lado, o avanço tecnológico conseguido por países capitalistas europeus em variados domínios torna, em princípio, vantajosa a definição de esquemas de cooperação Leste-Oeste que permitam maior difusão de tecnologias modernas. Estas e outras razões tornam possível, até ao final do século, maior estreitamento das relações Leste-Oeste na Europa.

Os países da Europa do Sul encontram-se mais ou menos orientados no sentido da integração económica com os capitalismos europeus. A Jugoslávia é caso único, por razões conhecidas, que lhe permitem jogar nos dois tabuleiros ao mesmo tempo; não está todavia demonstrado que o caso, além de interessante, possa ser considerado exemplar nalgum sentido positivo preciso. A Grécia e a Turquia estão formalmente orientadas no

caminho da integração. A Espanha pretende o mesmo destino, apenas dificultado por razões políticas que provavelmente tenderão a esbater-se em futuro próximo. Portugal está ligado à C. E. E. por um acordo comercial, mas a evolução política actual vai claramente no sentido do reforço dos laços políticos e económicos com os capitalismos centro-europeus. Nesta conformidade, parece que a maioria, se não a totalidade, dos países da zona estão destinados a aceitar a função que a «divisão internacional do trabalho», em moldes capitalistas, lhe facultar. Isto significa, entre outras coisas: exportação de mão-de-obra relativamente barata da periferia para o centro, quando o ritmo do crescimento nesse centro implica penúria de mão-de-obra em certas profissões e sectores de actividade; exportação dessa mesma mão-de-obra, sob a forma de artigos transformados localmente, muitas vezes por iniciativa do capital estrangeiro, e produzidos em actividades intensivas em trabalho (têxteis e vestuário, material eléctrico, etc.); aproveitamento pelo capital estrangeiro doutros recursos naturais dessa região (minérios, madeiras, etc.) e das próprias vantagens da localização geográfica; deslocação para a periferia de indústrias pesadas poluentes, cuja localização no centro se torna cada vez mais onerosa na fase actual de expansão do capitalismo. Alternativas de crescimento nesta periferia mais conformes a certa concepção de interesse «nacional» dependeriam da capacidade das burguesias nacionais para definirem projectos próprios com alguma aceitação da classe trabalhadora e suficientemente distintos das alianças locais com interesses do capitalismo internacional. Essa capacidade é, em geral, demasiadamente débil para evitar o predomínio do elemento *comprador* nas burguesias locais, incluindo boa parte dos quadros médios e superiores, que beneficiam dum tipo de crescimento dependente, como se observa na maioria dos chamados *países em desenvolvimento*. Por outro lado, projectos de independência económica radicados na classe trabalhadora, de clara orientação anticapitalista e anti-imperialista, parecem estar fora das possibilidades actuais do Sul europeu, como ficou demonstrado nas peripécias internas e externas da recente experiência portuguesa.

Um estreito mas real espaço político se oferece, todavia, à manobra de forças mais progressistas situadas na região: por um lado, certa contenção do imperialismo norte-americano no interior daquilo que a Europa capitalista pretende conservar como «reserva de caça» no futuro crescimento económico da área; por outro lado, a provável aproximação económica Leste-Oeste tornará a Europa do Sul campo privilegiado de competição entre os dois sistemas, permitindo certos espaços de autonomia nos países que visarem tal objectivo com suficiente determinação e astúcia. No caso português, a capacidade política para estabelecer um mínimo de alinhamento de política externa e de efectiva cooperação com as ex-colónias não será condição de somenos para o melhor aproveitamento do espaço de manobra, que referimos à escala europeia.